

Colégio Politécnico da UFSM, Santa Maria - RS  
Revista de Gestão e Organizações Cooperativas – RGC  
RGC – Santa Maria, RS, v.4, n.8, jul./dez 2017  
ISSN: 2359-0432  
DOI: 10.5902/2359043226012



## Capital social e desenvolvimento rural: Estudo empírico em cooperativas de agricultura familiar no Estado do Paraná

Social capital and rural development: An empirical study of family agriculture cooperatives in State of Paraná

### Resumo

*O objetivo do presente estudo é abordar o cooperativismo de agricultura familiar como agente gerador de capital social por meio de coleta de dados em cooperativas filiadas às Cooperativas Centrais da UNICAFES do estado do Paraná. Foram explorados os referenciais teóricos de cooperativismo, agricultura familiar e capital social. Nos aspectos metodológicos da pesquisa, trabalhou-se com a coleta de dados por meio de aplicação e análise de questionário e entrevista com gestores de 13 cooperativas cuja amostragem representou os 5 (cinco) ramos de atividades das cooperativas, ou seja, leite, produção, comercialização, crediário e Assistência Técnica e extensão rural (ATER). Além disso, investigou-se dados secundários relevantes que puderam cruzar as informações obtidas. Conforme as bases conceituais, as cooperativas não puderam ser consideradas agente geradora de capital social, tanto na ótica da gestão quanto na perspectiva das informações obtidas no IBGE, internet e outros. Espera-se que os dados obtidos possam servir para novos estudos, assim como, forneça informações às cooperativas para que compreendam o sentido dos princípios cooperativistas.*

**Palavras Chaves:** cooperativismo; agricultura familiar; capital social

### Abstract

*The goal of the present study is to approach the cooperative of the family agriculture as an agent generator of social capital by means of data collection in cooperatives affiliated with Central Cooperatives of UNICAFES of the State of Paraná. It was explored the theoretical references of cooperatives, family agriculture and social capita. At the methodological aspects of research, it was worked with application and questionnaire analysis and interviews with managers of 13 unions whose sampling represented the 5 (five) branch activities of cooperatives, which are milk, production, marketing, installment sales and Technical Assistance and Rural Extension (ATER). In addition, it was investigated relevant secondary data that could cross the obtained information. According to conceptual bases, cooperatives could not be considered agent generator of capital, both from the perspective of management as in perspective of the information obtained from IBGE, internet and others. It is expected that the data obtained can help new studies, as well as provide information to cooperatives so they can understand the meaning of the cooperative principles.*

**Keywords:** cooperative; family agriculture; social capital

Recebido: 02/03/2017 Aceito: 24/09/2017

Roselis Natalina Mazzuchetti<sup>1</sup>, Jaime Stofell<sup>2</sup>, Marcelo Resquetti Tarifa<sup>3</sup>

<sup>1</sup> Doutora em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela Universidade Estadual do Oeste do Paraná (UNIOESTE) - profbib01@gmail.com - Curitiba – PR.

<sup>2</sup> Mestre em Desenvolvimento Regional e Agronegócio pela UNIOESTE e doutor pelo mesmo Programa - jasffel@gmail.com

<sup>3</sup> Pós-Doutor em Contabilidade pela UFPR - marcelotarifa@uel.br

## 1 Introdução

O cooperativismo mundial foi consolidado ao longo dos anos como uma doutrina específica onde os agentes sociais unem-se e cooperam pelo bem comum. De acordo com a Aliança Cooperativa Internacional as cooperativas são associações autônomas de pessoas unidas de forma voluntária para atingir interesses e necessidades comuns no contexto econômico, social e cultural, em que as decisões são tomadas de modo democrático e participativo (ACI, 2012).

No sul do Brasil as cooperativas surgiram dos pioneiros esforços nas comunidades de imigrantes europeus, que procuraram organizar suas estruturas de compra e venda coletivas, além de suprir suas necessidades de consumo, eletrificação rural e crédito através de sociedades específicas (OCEPAR, 2012). Com o crescimento e desenvolvimento, essas passaram a ser importantes instrumentos de difusão de tecnologias e implementadoras, agindo também como elo de ligação entre os cooperados e o governo.

A doutrina cooperativista tem similaridade dos princípios básicos que emerge a economia solidária. Singer (2002, p.10) afirma que a economia solidária é um modo específico de produção, e os princípios básicos são a propriedade coletiva ou associada do capital, bem como o direito à liberdade individual. Segundo o autor, “a aplicação desses princípios a todos os que produzem numa única classe de trabalhadores que são possuidores de capital por igual em cada cooperativa ou sociedade econômica”. (SINGER, 2002)

Já em relação ao novo contexto em que está inserida a agricultura familiar, o surgimento/fortalecimento do cooperativismo agrícola está para representar esses produtores familiares em suas especificidades. Surge essa necessidade a partir de alguns aspectos, tais como: os problemas da baixa produtividade, socialização do conhecimento, auxílio na comercialização/distribuição dos produtos e, por fim, a necessidade de unir forças a fim de superar os obstáculos, cujos princípios devem estar aliados ao espírito de solidariedade e democracia.

Não obstante, o conceito de agricultura familiar ainda é bastante controverso, comportando diferentes alternativas e indicadores priorizados no mesmo. Permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos em relação à

utilização do conceito de agricultura familiar. Engels (1981, p. 62) define a pequena produção agrícola familiar como sendo o proprietário ou arrendatário de um pedaço de terra não maior do que ele possa cultivar, de modo geral, com sua própria família, nem menor do que o que possa sustentá-lo e aos familiares.

Já o capital social é definido por Fukuyama (2002) como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite a cooperação entre si. Tal definição direciona o capital social não só no aspecto econômico de vantagens, porém com objetivo de atender a uma sociedade específica e gerar benefícios qualitativos voltados ao desenvolvimento humano.

Ilha *et al* (2008) encontraram uma fraca correlação entre a caracterização de capital social na análise das vertentes do cooperativismo, observando baixa participação de capital social da Cooperativa Agroindustrial Copagrill de Marechal Cândido Rondon, município paranaense. Este estudo estimula novas investigações sobre o cooperativismo no contexto de extrema pressão competitiva que potencialmente enfraquece as doutrinas cooperativistas, introduzindo valores econômicos sobre os valores sociais.

O objetivo do presente estudo é abordar o cooperativismo na agricultura familiar como agente gerador de capital social. Serão examinados por meio estudo de caso as cooperativas associadas à UNICAFES-PR - União das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária. As análises serão delimitadas na dimensional socioculturais, com a propósito de identificar a geração de capital social.

O artigo está estruturado em sete seções. Além do presente aspecto contextual introdutório, foram explorados da segunda à quarta seções os referenciais teóricos de cooperativismo, agricultura familiar e capital social. Na quinta seção são apresentados os procedimentos metodológicos utilizados no estudo. Na sexta seção são discutidos e analisados os resultados encontrados pelo estudo empírico. Como última seção, conclui-se as análises desenvolvidas, bem como propõem-se novos estudos na temática.

## 2 Cooperativismo

Conhecido pelo modelo atual, o cooperativismo teve como marco histórico os 28 artesãos de algodão, na região norte da Inglaterra,

mais especificamente na cidade de Rochdale, cujos objetivos focaram-se na real necessidade de adquirirem melhores condições de vida face a pobreza e subdesenvolvimento em que viviam. O modo de cooperação desenvolvido pelos operários em 1844 foi embasado em princípios que, apesar de sofrerem alterações ao longo dos anos, ainda

permanecem como a base de sustentação do cooperativismo mundial.

A partir do Congresso mundial realizado em Manchester no ano de 1995, a Aliança Cooperativa Internacional (ACI) estabeleceu os sete princípios que regem o funcionamento de toda e qualquer cooperativa no mundo, conforme o Quadro 1.

*Quadro 1 – Princípios do Cooperativismo*

PRINCÍPIO	CARACTERÍSTICAS PRINCIPAIS
Associação voluntária e aberta	Podem associar-se a cooperativas todos aqueles que apresentem condições de utilizar seus serviços e queiram aceitar as responsabilidades de associado, sem discriminação de gênero, social, racial, política ou religiosa.
Controle democrático dos membros	Participação ativa e direta de homens e mulheres associados, quer no estabelecimento de diretrizes políticas, quer na tomada de decisões.
Participação econômica dos membros	Controle democrático da cooperativa e igual contribuição ao capital, sendo que uma parte do capital social constitui propriedade comum da cooperativa.
Autonomia e independência	A cooperativa é uma associação de ajuda mútua de pessoas que se unem voluntariamente para atender suas necessidades nas áreas econômica, social e cultural, controlando elas mesmas o funcionamento de sua organização.
Educação, treinamento e informação	Formação cultural para que associados, representantes eleitos, executivos e empregados da cooperativa possam, efetivamente, contribuir para o seu desenvolvimento.
Cooperação entre cooperativas	Trabalho conjunto e/ou a interação das cooperativas, em níveis local, regional e internacional, fortalecem o movimento cooperativo e atendem os cooperados de maneira mais efetiva.
Preocupação com a comunidade	Membros das cooperativas devem aprovar políticas especiais com o objetivo fundamental de contribuir para o desenvolvimento sustentável de suas respectivas comunidades.

Fonte: elaborado pelos autores com base em ACI (2012)

De acordo com Schallenberger (2003) o cooperativismo é melhor definido a partir de uma doutrina econômica, cujo foco é sustentar a associação livre e autônoma de pessoas, cujos interesses são comuns, com característica solidária a atingir suas necessidades e as necessidades coletivas. Ainda segundo o autor, as cooperativas são consideradas um sistema de organização socioeconômica fundamentado nos sete princípios apresentados pela ACI (SCHALLENBERGER, 2003). Para Bialoskorski Neto (2007) o cooperativismo é associado à questão da cooperação como “uma forma de voluntarismo e solidariedade por parte dos membros associados, e que teria como

base as relações de troca de bens e serviços [...]”.

Costa (2010) sintetiza a partir de ideias principais de autores o cooperativismo agrícola que são “organizações econômicas de propriedade coletiva, criadas pelos produtores rurais para fazer frente às falhas de mercado, pois as características dos mercados agrícolas propiciam possibilidades às empresas de extraírem sua renda.” Face à representatividade e predominância da atividade agrícola no Brasil, destaca-se que as cooperativas nacionais são constituídas, em sua maioria, pela cooperação de produtores rurais conforme objetivos mencionados.

O setor demonstra ano após ano os amplos

resultados positivos alcançados, firmando-se como um sistema sólido e contributivo ao crescimento econômico e desenvolvimento mundial (ALTMAN, 2015). Quando direcionado à agricultura familiar, o cooperativismo serve também como sustentação e apoio aos pequenos agricultores no contexto social, econômico e cultural. Andrade e Alves (2013) mencionam que os pequenos agricultores fortalecem suas atividades produtivas a partir do ingresso em associações e cooperativas. Alguns benefícios relacionados são: “[...] o acesso a novas tecnologias, crédito, oportunidade de ingresso em mercados mais competitivos, vantagens fiscais, dentre outros”. (ANDRADE; ALVES, 2013, p.195).

### 3 Agricultura familiar

O conceito de agricultura familiar ainda é bastante controverso, comportando diferentes alternativas e indicadores priorizados no mesmo. Permanecem muitas dúvidas e mesmo divergências entre os estudiosos em relação à utilização do conceito de agricultura familiar. Gazolla e Schneider (2013) definem a produção própria de pequenos alimentos e criações como uma produção voltada ao “autoconsumo”, ou seja, direcionada ao “trato dos animais e à produção de alimentos que servem a própria segurança alimentar e nutricional do grupo doméstico”. (GAZZOLA; SCHNEIDER, 2013, p.47).

Para Guanziroli, *et al.* (2001, p.50), o universo familiar é caracterizado pelos estabelecimentos que atentam, simultaneamente, às seguintes condições:

- a) a direção dos trabalhadores do estabelecimento é exercida pelo produtor; e
- b) o trabalho familiar é superior ao trabalho contratado.

Para Wanderley (1996, p.3), o conceito de pequena produção agrícola familiar é entendido como aquele em que a família, ao mesmo tempo em que é

proprietária dos meios de produção, assume o trabalho no estabelecimento produtivo.

Autores como Veiga (1991) e Abramovay (1992), apontam que a agricultura familiar é uma forma social reconhecida e legitimada na maioria dos países desenvolvidos, nos quais a estrutura agrária é majoritariamente composta por explorações nas quais o trabalho da família assume uma importância decisiva.

Já para a FAO/INCRA (1994, p.5), a agricultura familiar pode ser definida a partir de três características, que são: a) a gestão da unidade produtiva e os investimentos nela realizados é feita por indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento; b) a maior parte do trabalho é fornecida pelos membros da família; e c) a propriedade dos meios de produção pertencem à família e é em seu interior que se realiza sua transmissão em caso de falecimento ou de aposentadoria dos responsáveis pela unidade produtiva.

Mais recentemente, Schneider (2003), destaca que a afirmação do termo agricultura familiar no cenário social e político brasileiro está relacionado à legitimação que o Estado lhe emprestou ao criar o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF), em 1996.

### 4 Capital Social

O capital social é uma temática abordada nas diversas áreas da ciência, entre elas econômica, social e política. Nos diversos contextos de aplicação, o capital social é observado como uma forma de desenvolvimento humano, partindo de características culturais como metodologia de agregação de valores. Desde o século XX os principais conceitos do tema são explorados. De modo mais recente, podem ser destacados autores como: Bordieu, Coleman, Putnam e Fukuyama. O Quadro 2 traz uma síntese dos enfoques conceituais de capital social.

Quadro 2 – Enfoques dos conceitos de capital social

Referência/Período	Enfoque do Capital Social
Lyda Judson Hanifan (década de 1910)	Rede de relações sociais, culturais ou econômicas entre pessoas e comunidade em centros comunitários de escolas rurais.
John Seeley (década de 1950)	Pertencimento de moradores suburbanos a associações como forma de acesso a bens e direitos.
Jane Jacobs (década de 1960)	Redes informais de sociabilidade nas grandes metrópoles

	ligadas à segurança pública.
Glenn Loury e Ivan Light (década de 1970)	Desenvolvimento econômico ausente em grandes cidades e ausência de confiança e cooperação entre a comunidade afro-americana.
Pierre Bordieu e Ekkehart Schlicht (década de 1980)	Agregador de recursos ligado ao pertencimento. Importância da organização social e ordem moral para a economia.
James Coleman (final da década de 1980)	Mecanismo de satisfação e criação de bens.
Robert Putnam (década de 1990)	Papel na sociedade civil norte-americana e italiana.
Francis Fukuyama (década de 1990)	Prosperidade econômica e cultural.

Fonte: adaptado de Genari (2010).

Conforme abordado nos aspectos introdutórios do estudo, o capital social é definido por Fukuyama (2002) como um conjunto de valores ou normas informais partilhados por membros de um grupo que lhes permite cooperar entre si. A definição enfatiza o capital social não só no contexto econômico, porém com foco ao atendimento da sociedade e geração de benefícios qualitativos voltados ao desenvolvimento humano.

A partir da década de 1990, Putnam (2002) elevou a exploração do tema a partir de seu estudo na Itália voltado à “Comunidade e Democracia”. Para o autor, o capital social parte de características específicas voltadas às organizações sociais que podem ser relacionadas como confiança, normas e sistemas que facilitam as ações coordenadas e a eficiência de uma sociedade.

Bebbington (1999) também estudou os capitais no contexto humano como meios de transformação rural a partir da integração social entre os agentes e suas capacidades específicas produtivas, de convívio e de adaptação frente às dificuldades vivenciadas no cotidiano agrícola.

A partir da ideia inicial de que as cooperativas de agricultura familiar, de acordo com seus princípios básicos históricos, podem ser consideradas como agentes que geram tal capital social. Os esforços coletivos são posicionados para atendimento a um fim específico voltado ao desenvolvimento humano, neste caso ao desenvolvimento da agricultura familiar, é destacada e identificada a geração de capital social de acordo com as bases teóricas difundidas.

Logo, apenas a existência da Cooperativa Solidária que atende agricultores familiares não

garante que a mesma venha a ser considerada uma agente geradora de capital social para a região a qual está situada. Faz-se necessário o aprofundamento das práticas cotidianas da entidade, tanto para a comunidade a qual está inserida, como para os próprios cooperados, a fim de responder a tal direcionamento.

## 5 Procedimentos Metodológicos

A característica do estudo é o empírico-analítico, concretizado por meio de coleta, observação e análise dos dados. Trata-se de uma pesquisa descritiva, uma vez que busca o nexo entre a fundamentação teórica e o levantamento de dados. Assim aplicou-se um questionário direcionado aos gestores das cooperativas filiadas a UNICAFES-PR - União Nacional das Cooperativas de Agricultura Familiar e Economia Solidária do estado do Paraná que conta com a afiliação de 06 centrais de cooperativas divididas pelos ramos de atividade que exerce, sendo: leite, crédito, comercialização, produção e Assistência Técnica/Extensão Rural/Serviços (ATER). As centrais possuem ao todo 136 unidades, que compõe o tamanho inicial da amostra.

As tentativas de contatos ocorreram por meio de e-mails encaminhados pelos pesquisadores, pessoal, via UNICAFES e telefone. Os e-mails foram acompanhados de um questionário ou solicitação de resposta *online* por link desenvolvido na plataforma @SurveyMonkey. O critério da amostra foi a de amostragem por estratos de atividade por meio de taxa de resposta.<sup>1</sup> Após pelo menos três tentativas de contato e que fosse representada por pelo menos 1

<sup>1</sup> Número dos que completaram a entrevista dividido pelo número de entrevistados elegíveis na amostra. (MALHOTRA, 2011)

cooperativa de cada ramo, a taxa de resposta foi de 11,76% representando 16 cooperativas. Para a tabulação foram descartados 3 questionários com respostas incompletas ou que não atendiam a proporcionalidade de quotas para cada ramo.

Para a análise optou-se por utilizar a referência cruzada que se refere às informações sinônimas ou relacionadas às respostas obtidas, buscando criar uma indicação ou ligação com dados externos (neste caso utilizou-se dados do IBGE, informativos internos, notícias em jornais, internet e outros) permitindo entender tais conexões.

As 30 questões foram adaptadas e divididas das seis dimensões desenvolvidas pelo Banco Mundial, na tentativa de mensurar dados qualitativos sobre as várias dimensões do Capital Social, ou seja, grupos e redes; confiança e solidariedade; ação coletiva e cooperação; informação e comunicação; coesão e inclusão social; autoridade, empoderação e ação política. Denominado de *Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (SC-IQ)* ou Questionário Integrado para Medir Capital Social (QI-MCS) foi desenvolvido pelo Grupo Temático sobre Capital Social e sujeito a extensivas contribuições e críticas por parte de consultores externos (GROOTAERT et al, 2003).

Segundo Grootaert et al (2003), não obstante o capital social seja considerado nos âmbitos micro, médio e macro, o SC-IQ concentra-se na medida ao nível micro, justificando a utilização do questionário e a aplicabilidade a nível micro nas cooperativas afiliadas ao Sistema UNICAFES.

Segundo Grootaert et al (2003, p. 3), são limitações do questionário:

- (a) nem todas as questões enumeradas poderão ser úteis em todos os lugares; (b) nem todas as enunciações de uma questão em particular poderão ser apropriadas para todos os contextos e/ou facilmente traduzidas para outras línguas; e (c) várias questões de importância local talvez precisem ser acrescentadas.

Diante disso e acreditando ser possível verificar os principais níveis de geração de capital social para as cooperativas, adaptou-se as seis dimensões do SC-IQ, apresentando cinco afirmativas para cada dimensão que deveriam ser respondidas em uma escala do tipo Likert com seis pontos, partindo da identificação de cada item em níveis: discordo totalmente, discordo, neutro, concordo, concordo totalmente e não aplicável.

Na primeira dimensão, denominada como Grupos e Redes, buscou-se verificar a diversificação e predominância da atividade na comunidade em que pertence, por meio da análise das adesões dos agricultores familiares da região junto à cooperativa, a atuação e relacionamento da cooperativa com seus cooperados, com outras associações/cooperativas na região, assim como a participação dos cooperados nas decisões da entidade.

Na dimensão Coesão e Inclusão, questionou-se as condições de interação entre os cooperados e a comunidade externa, socialização dos projetos da cooperativa junto a comunidade, inclusão social dos não-cooperados e possíveis conflitos econômicos, sociais e culturais entre cooperados.

Para a dimensão identificada como Autoridade, Capacidade (*empowered*) e Ação Política, observou-se a conexão existente entre as cooperativas e representantes de instituições públicas buscando entender a capacidade da cooperativa em criar oportunidades, negociar e buscar recursos com benefícios econômicos, sociais e culturais favorecidos pelo governo em relação às cooperativas.

A dimensão Confiança e Solidariedade tratou de avaliar os níveis de confiança mútua entre comunidade e cooperados em relação à cooperativa, dos cooperados em relação aos demais cooperados, de ajuda entre cooperados e comunidade na sua região, assim como de ajuda dos projetos da cooperativa em relação à comunidade.

A dimensão denominada de Ação Coletiva e Cooperação buscou avaliar as ações coletivas sociais realizadas pela cooperativa, entre os cooperados e a comunidade externa, a participação dos cooperados nas ações coletivas em prol da cooperativa, na obtenção de resultados atingidos pela realização de tais ações para a comunidade.

A última dimensão analisada foi a de Informação e Comunicação, com indagações direcionadas as informações econômico-financeiras, socioculturais e políticas prestadas pela cooperativa à comunidade e aos cooperados, assim como a acessibilidade dos cooperados aos meios de comunicação utilizados.

Após a coleta, os dados foram tabulados e analisados com utilização da estatística descritiva e utilizou-se o *Independent Sample t-test* em um ponto específico em que foi necessário verificar se havia diferença estatística significativa entre dois grupos.

## 6 Capital Social na Agricultura Familiar: algumas evidências empíricas

A partir da coleta e tabulação dos dados tornou-se possível a análise dos mesmos, apresentados por meio de tabelas que apresentam os resultados que atendem os aspectos relevantes aos objetivos propostos pela pesquisa. Os questionários validados para análise foram representados pelas cooperativas sediadas em 5 das 10 mesorregiões do Paraná, sendo a Sudeste: Antonio Olinto (2), Campo Largo; a Oeste: Cascavel, Medianeira e Campo Bonito; a Sudoeste: São João, Pranchita (2), Santo

Antonio do Sudoeste; ao Centro sul: Pinhão, Cantagalo e a Noroeste: Tamboara,

Quando ao ramo de atividade que exerce manteve-se a proporcionalidade ao número de cooperativas das centrais filiadas à UNICAFES/PR, sendo: leite (5), crédito (2), comercialização (2), produção (3) e Assistência Técnica/Extensão Rural/Serviços (ATER) (1).

As Tabelas 1, 3, 5, 6, 7 e 8 foram tabuladas e analisadas em função das frequências das respostas obtidas pela aplicação dos questionários encaminhados via e-mail e validados para análise com separação por dimensões.

Tabela 1 – Análise da Dimensão Grupos e Redes

	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente	Não Aplicável	Total
A maioria dos agricultores familiares da região (distrito) são nossos cooperados.	15,4%	53,8%	7,7%	23,1%	0,0%	0,0%	100,0%
A sociedade da região (distrito) reconhece que nossa cooperativa é bastante atuante.	0,0%	7,7%	61,5%	23,1%	0,0%	7,7%	100,0%
Nossos cooperados reconhecem esta cooperativa como bastante diversificada	0,0%	15,4%	38,5%	46,2%	0,0%	0,0%	100,0%
O nosso relacionamento com as outras associações/cooperativas da região (distrito) são estreitas,	7,7%	7,7%	23,1%	53,8%	7,7%	0,0%	100,0%
Os nossos cooperados participam ativamente nas decisões da cooperativa.	0,0%	16,7%	33,3%	50,0%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Os autores.

De acordo com a pesquisa, a maioria das cooperativas entende que grande parte dos agricultores não são afiliados às cooperativas. O Censo Agropecuário de 2006, divulgado pelo IBGE, apresentou dados do número de agricultores por município, assim como por tipo de produção.

Compilando os dados por atividade e município onde estão estabelecidas as cooperativas objeto desta pesquisa, apresenta-se os resultados na Tabela 2 a seguir:

Tabela 2 – Comparativo do número de Produtores e Cooperados por atividade

Ramo da Cooperativa	Leite	Produção	Crédito	Comercialização	Ater
Número de Produtores * (agricultura Familiar)	7169	3360	1765	2377	914
Produtores Cooperados	575	927	1483	323	141

Média	8,0	27,6	84,0	13,6	15,4
-------	-----	------	------	------	------

Fonte: Elaborado pelos autores com base no Censo Agropecuário – IBGE (2006).

Estes dados corroboram as afirmativas das cooperativas principalmente no que se refere à produção de hortifrutigranjeiros, leite e comercialização. As cooperativas de crédito possuem um alto contingente de agricultores cooperados, daí o percentual de 23,1% das cooperativas que entendem que a maioria dos agricultores familiares são cooperados.

Observa-se também que a maioria das cooperativas é neutra quanto ao reconhecimento da comunidade pela atuação da cooperativa na região e também um alto índice de neutralidade dos cooperados quanto à sua diversidade. De acordo com Grootaert et al (2003) estes indicadores demonstram como o capital social pode ser acumulado e a neutralidade indica o não entendimento da

cooperativa sobre o seu reconhecimento perante a comunidade e cooperados. O reconhecimento da comunidade e dos cooperados da atuação da cooperativa é claramente um indicador de entrada de capital social, pois demonstra a natureza e extensão de sua contribuição para a sociedade.

No entanto, as sociedades cooperativas, embora coesas, se caracterizam por várias formas de divisão e diferenças que podem levar ao conflito. Assim, a segunda dimensão buscou identificar a natureza e o tamanho dessas diferenças, sua estrutura, gestão e formas de interação social. Os resultados obtidos estão apresentados na Tabela 3.

Tabela 3 – Análise da Dimensão Coesão e Inclusão Social

	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente	Não Aplicável	Total
Os cooperados possuem alta interação com a comunidade local.	0,0%	30,8%	23,1%	46,2%	0,0%	0,0%	100,0%
Os projetos da cooperativa são desenvolvidos em conjunto com a comunidade externa.	7,7%	23,1%	30,8%	30,8%	7,7%	0,0%	100,0%
Os não cooperados são sempre bem-vindos para participar das atividades sociais oferecidas pela cooperativa.	0,0%	0,0%	7,7%	69,2%	23,1%	0,0%	100,0%
A comunidade aceita nossos cooperados oferecendo produtos/serviços diferenciados a eles.	0,0%	7,7%	38,5%	23,1%	23,1%	7,7%	100,0%
Não ocorrem conflitos econômicos, sociais ou culturais entre os cooperados.	0,0%	38,5%	38,5%	15,4%	7,7%	0,0%	100,0%

Fonte: Os autores.

Observa-se uma coesão e inclusão social bastante restrita. Sustentar e avigorar o capital social depende fundamentalmente da habilidade da cooperativa em comunicar-se entre si e com a comunidade em que vive. Para entender este

contexto, na entrevista por telefone foi perguntado quantos projetos a cooperativa realizou junto à comunidade no último ano, cujo resultado está demonstrado na Tabela 4.

Tabela 4 – Projetos Idealizados ou com Participação da Cooperativa e Comunidade

Ramo da Cooperativa	Comercia- lização				
	Leite	Produção	Crédito	lização	Ater
N. de Projetos idealizados pela cooperativa realizados com a comunidade	0	1	0	0	2
Participação da Cooperativa em projetos idealizados pela comunidade	0	0	0	1	1

Fonte: Os autores.

A cooperativa do ramo de produção que idealizou o projeto com a comunidade destacou-se por ceder espaço na feira de produtores para instituições de caridade em época natalina. O ramo de Assistência Técnica e Extensão Rural realizou dois projetos de cursos aos cooperados, estendidos à comunidade, sendo que um dos projetos foi idealizado em conjunto com o SENAR - Serviço Nacional de Aprendizagem Rural - que resultou em um novo curso. O mesmo foi idealizado pelo próprio SENAR e a própria cooperativa apontou como participante. Com exceção da iniciativa de cursos das cooperativas do ramo de ATER, nenhum dos projetos teve iniciativa do governo local ou estadual, assim como das próprias cooperativas, pois no ramo de produção ocorreu apenas uma cessão de espaço, denominada de projeto para fins de caridade. Vale a pena mencionar que os cursos de extensão foram oferecidos para a comunidade em razão da pequena procura por parte dos cooperados.

Perguntou-se também quanto à adesão aos convites da comunidade, escolas ou órgãos públicos para a participação da cooperativa em

projetos/conselhos/reuniões, ou seja, qualquer tipo de convite. A maioria das cooperativas foi enfática em afirmar que tiveram diversos convites, mas como não são direcionados aos interesses da cooperativa, não ocorre a participação. Pode-se observar que na questão de coesão e inclusão social a interação é relativa em razão das condições ou espécies em que os projetos foram idealizados ou que o interesse de ingresso na sociedade ocorre somente se houver um benefício direto.

De acordo com o Banco Mundial (2002), “os indivíduos têm ‘autoridade’ ou são empoderados na medida em que detêm certo controle sobre instituições e processos que afetam diretamente seu bem-estar.” Assim, na busca em melhor entender o grau de coesão e inclusão social das cooperativas com a comunidade, complementou-se a informação do grau de autoridade, capacitação e ação política para a comunidade, cujos resultados da pesquisa estão contemplados na Tabela 5.

Tabela 5 – Análise da Dimensão Autoridade, Empoderamento e Ação Política

	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente	Não Aplicável	Total
Nossos cooperados são bastante capacitados para negociar e controlar as atividades exercidas.	15,4%	38,5%	23,1%	23,1%	0,0%	0,0%	100,0%
Estamos sempre criando oportunidades que auxiliam a comunidade externa regional.	0,0%	23,1%	30,8%	46,2%	0,0%	0,0%	100,0%

A Cooperativa possui autoridade nas decisões cotidianas em relação aos cooperados.	7,7%	23,1%	23,1%	38,5%	7,7%	0,0%	100,0%
A comunidade tem oferecido benefícios econômicos, sociais e culturais para a cooperativa.	7,7%	38,5%	38,5%	15,4%	0,0%	0,0%	100,0%
A cooperativa tem recebido benefícios econômicos, sociais e culturais por órgãos públicos.	7,7%	53,8%	7,7%	30,8%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Os autores.

Observa-se que apenas uma cooperativa concorda totalmente com os quesitos de avaliação deste item, manifestando que não se sentem muito à vontade em termos de autoridade, empoderamento e participação em ações políticas. O item anterior (coesão e inclusão social) já demonstrava o grau de participação com a comunidade, supondo que as ações políticas são fracas.

Na entrevista por telefone, indagou-se sobre as últimas petições feitas pela cooperativa a órgãos públicos ou empresas, excluindo-se as de exigências legais como alvarás de funcionamento e outros. As respostas foram negativas demonstrando a falta de ação política.

Segundo Grootaert et al (2003), “no contexto

do QI-MCS, autoridade ou empoderamento é definida mais precisamente como a habilidade para tomar decisões que afetam as atividades cotidianas e que podem mudar o curso de vida das pessoas”.

Para medir o capital social cognitivo organizou-se a dimensão denominada por Grootaert (2003) de “confiança e solidariedade”. Por se tratar de um conceito abstrato, em que confiança pode ter significados diferentes para pessoas/instituições diferentes, buscou-se generalizar este conceito por meio de indagações diretas contendo a palavra “confiança” e a reafirmação da participação da comunidade em projetos ou na aquisição e consumo de seus produtos. Os resultados estão apresentados na Tabela 6.

Tabela 6 – Análise da Dimensão Confiança e Solidariedade

	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente	Não Aplicável	Total
A comunidade confia na atuação de nossa cooperativa.	0,0%	7,7%	23,1%	53,8%	15,4%	0,0%	100,0%
Nossos cooperados mantem uma relação de confiança estreita com a cooperativa.	0,0%	7,7%	23,1%	69,2%	0,0%	0,0%	100,0%
É fato que todos os cooperados mantêm relação mútua de confiança.	0,0%	23,1%	15,4%	61,5%	0,0%	0,0%	100,0%
A comunidade participa prontamente dos projetos da cooperativa.	0,0%	15,4%	46,2%	38,5%	0,0%	0,0%	100,0%
A comunidade adquire/consome grande parte dos produtos da cooperativa.	0,0%	23,1%	30,8%	38,5%	0,0%	7,7%	100,0%

Fonte: Os autores.

De acordo com as respostas na Tabela 6 tem-se a impressão que as cooperativas possuem maior interação com a comunidade externa. No entanto, na

entrevista via telefone perguntou-se às cooperativas que concordavam com a afirmação de que a comunidade confia na atuação da cooperativa e

percebeu-se que as respostas positivas estavam atreladas à aquisição de produtos ou do contato no momento da comercialização a montante e a jusante do negócio.

A falta de interação com a comunidade está presente também na última questão que trata da aquisição ou consumo dos produtos oferecidos pelas cooperativas. De acordo com Grootaert et al (2003), “a confiança também é observada no contexto de transações específicas, tais como emprestar e tomar emprestado. Após tal destaque, verificou-se se a cooperativa nos três últimos anos realizou contato com outras instituições financeiras ou por meio de projetos do governo para adquirir/solicitar

empréstimos financeiros e o percentual de êxito no montante solicitado. Todas as cooperativas dos ramos de produção, leite, comercialização e Assistência Técnica e Extensão Rural solicitaram empréstimos, onde 100% foram atendidas, sendo que 6 cooperativas apontaram que não receberam 100% do montante solicitado.

Buscando entender ainda sobre a afinidade das cooperativas com a comunidade em termos de seu comprometimento, expectativas e projetos conjuntos, bem como as expectativas da comunidade, apresentou-se a dimensão denominada de Ação Coletiva e Cooperação, sendo os resultados destacados na Tabela 7.

*Tabela 7 – Análise da Dimensão Ação Coletiva e Cooperação*

	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente	Não Aplicável	Total
A cooperativa realiza muitas ações coletivas	0,0%	15,4%	38,5%	38,5%	0,0%	7,7%	100,0%
Existem diversas ações coletivas sociais realizadas entre os cooperados e a comunidade externa.	0,0%	30,8%	23,1%	38,5%	0,0%	7,7%	100,0%
Nossos cooperados participam ativamente de ações coletivas em prol da cooperativa.	0,0%	23,1%	23,1%	38,5%	7,7%	7,7%	100,0%
Os resultados atingidos pela realização das ações coletivas da cooperativa são bem vistas pelos cooperados.	0,0%	15,4%	23,1%	38,5%	15,4%	7,7%	100,0%
Os resultados atingidos pela realização das ações coletivas para a comunidade são bem vistas.	0,0%	23,1%	23,1%	38,5%	7,7%	7,7%	100,0%

Fonte: Os autores.

Os resultados apontam que ações coletivas ocorrem, sendo que na entrevista complementar observou-se que algumas cooperativas entenderam como ação coletiva a afiliação às centrais cooperativas e o esforço de atuação para fins de processos internos de atividades de infraestrutura e outros tipos de atividades comuns, porém não em relação ao contexto político da sociedade.

De acordo com Grootaert et al (2003) para análise desta dimensão os indicadores mencionados nas demais são úteis. Se analisado o contexto político

das demais dimensões, observa-se que esta dimensão também não apresenta indicador forte de capital social.

Enfim, buscou-se explorar como as cooperativas fornecem informações ou os tipos de comunicação utilizados entre a administração e cooperados. Na sequência, apresenta-se na Tabela 8 os resultados do questionário relativo à última dimensão que trata sobre a análise da Informação e Comunicação.

Tabela 8 – Análise da Dimensão Informação e Comunicação

	Discordo Totalmente	Discordo	Neutro	Concordo	Concordo Totalmente	Não Aplicável	Total
Nossos cooperados possuem fácil acesso às informações sobre a cooperativa.	7,7%	15,4%	7,7%	53,8%	15,4%	0,0%	100,0%
A cooperativa oferece fácil acesso às informações econômico-financeiro para a comunidade.	7,7%	15,4%	0,0%	76,9%	0,0%	0,0%	100,0%
A cooperativa oferece fácil acesso às informações socioculturais para a comunidade.	7,7%	7,7%	23,1%	53,8%	7,7%	0,0%	100,0%
A cooperativa oferece um canal direto de comunicação entre os cooperados como jornais, boletins e outros.	15,4%	23,1%	7,7%	46,2%	0,0%	7,7%	100,0%
Os cooperados compreendem claramente seus direitos e deveres.	7,7%	15,4%	38,5%	38,5%	0,0%	0,0%	100,0%

Fonte: Os autores

A maioria das cooperativas entende que os cooperados estão bem informados acerca de suas atividades, direitos, deveres e obrigações, sendo que as que discordam deste entendimento o fazem em razão de estar passando por reformulação nas práticas

de comunicação da instituição. Foi realizado um levantamento por meio da internet buscando verificar a ocorrência de notícias veiculadas de cada cooperativa em questão, obtendo-se o resultado constante na Tabela 9.

Tabela 9 – Número de Ocorrências de Notícias Veiculadas na Internet

Ramo da Cooperativa	Leite	Produção	Crédito	Comercia- lização	Ater
N. de Ocorrências de veiculação de notícias*	16	2	36	3	13

\* Referente aos anos de 2010, 2011 a agosto de 2012

Fonte: Os autores.

Computou-se qualquer notícia sobre a cooperativa ou informativos/sites que divulgassem ações específicas da cooperativa. De acordo com as cooperativas, a baixa veiculação de notícias ocorre em virtude de o cooperado possivelmente não tenha acesso à internet, fato que a comunicação normalmente é feita ainda por meio de telefone ou correio.

## 7. Considerações Finais

O capital social visto como um bem de todos, tem como princípios a confiança mútua, cooperação, regras de comportamento que buscam a melhoria e a

busca de soluções de problemas que exigem uma ação coletiva para uma sociedade. Em uma sociedade cooperativista este capital é gerado a partir das práticas do dia a dia e está relacionado com os aspectos coletivos ou comunitários, auxiliando a disseminar informações, minorando o comportamento oportunista e promove a tomada de decisão coletiva.

O objetivo central do estudo foi de examinar a geração de capital social em cooperativas de agricultura familiar, onde as mesmas tornam-se agentes participativos no processo de desenvolvimento rural. Avaliar o capital social não é tarefa fácil, pois depende da compreensão de vários

aspectos da sociedade que refletem sua estrutura, associatividade e o seu funcionamento. O QI-MCS torna possível descrever as organizações por meio de três indicadores básicos de capital social: estrutural (grupos e redes), cognitivo (confiança, cooperação, coesão e outros) e medida de resultado (ação coletiva).

Organizar os dados pela análise de frequência é uma maneira simples e conveniente, mas pode ser difícil discernir a contribuição do capital social gerada. Assim, torna-se necessário a agregação de informações para posteriormente serem cruzadas com diferentes variáveis capazes de explicar o que se pretende alcançar. De acordo com os resultados obtidos na coleta e análise dos dados e de conformidade com as bases conceituais, as cooperativas analisadas não podem ser consideradas atualmente agentes geradores de capital social capazes de contribuir significativamente para o desenvolvimento rural das regiões.

Quando analisada a densidade da sociedade cooperativa por meio da dimensão Grupos e Redes observa-se que as cooperativas necessitam melhorar sua estrutura, pois sociedade com relacionamentos fortes tem melhor acesso a recursos, seja material ou humano. Quanto à Coesão e Inclusão observa-se que as cooperativas não compreendem os benefícios indiretos que a participação de vida em sociedade pode acarretar a elas. Um alto nível de sociabilidade normalmente indicaria que a cooperativa é coesa e facilitaria seu acesso a serviços/projetos importantes.

Embora se compreenda que a Autoridade ou Empoderamento é um conceito que possui uma amplitude muito maior do que os conceitos em termos de capital social e a ação política, o mesmo trata apenas de uma das atitudes que possibilitam aumentar a autoridade ou a empoderamento. A falta desta demonstra a falta de habilidade de tomar decisões que afetam as atividades cotidianas e que podem mudar o curso de vida destas instituições.

As questões sobre Confiança e Solidariedade tornaram-se específicas em razão da complexidade do conceito de confiança e que deve ser considerado com maior profundidade em outros estudos por meio de análise fatorial das variáveis que se deseja entender. Neste caso, a dimensão corroborou com os resultados das demais dimensões.

O baixo grau de Ação Coletiva e de Iniciativa para cooperar e participar de ações coletivas, bem como a deficiência da comunicação com a sociedade

interna e externa fortalece a conclusão que tais cooperativas não são geradoras de capital social. O primeiro por se tratar de uma medida de resultado e o segundo pela baixa inserção da cooperativa no mundo da publicidade, uma vez que a publicidade em geral, tem caráter de informar as ações de interesse da coletividade.

Conforme as bases conceituais, as cooperativas não puderam ser consideradas agentes geradores de capital social, tanto na ótica da gestão quanto na perspectiva das informações obtidas no IBGE, internet e outros. Considerando as informações levantadas, verificou-se que investigações específicas direcionadas para o desenvolvimento rural a partir do contexto de capital social tornam-se necessárias à compreensão evolutiva da temática, não apenas em relação às entidades cooperativas, porém a todos os agentes envolvidos em tal processo de desenvolvimento.

## 8. Referências

- ABRAMOVAY, R. *Paradigmas do capitalismo agrário em questão*. São Paulo: Hucitec-ANPOCS, 1992.
- ACI – International Co-operative Alliance. Disponível em: <http://www.ica.coop>. Acesso em: 24 nov. 2011.
- ALTMAN, M. Cooperative organizations as an engine of equitable rural economic development. **Journal of Co-operative Organization and Management**, ICA Global Research Conference, v. 3, n. 1, p. 14-23, 2015.
- ANDRADE, M. C.; ALVES, D. C. Cooperativismo e Agricultura familiar: um estudo de caso. *Revista de Administração IMED*, v. 3, n. 3, p. 194-208, 2013.
- BEBBINGTON, A. Capitals and capabilities: a framework for analyzing peasant viability, rural livelihoods and poverty. *World development*, Great Britain, Vol. 27, n.12, p. 2021-2044, 1999.
- BIALOSKORSKI NETO, S. Um ensaio sobre desempenho econômico e participação em cooperativas agropecuárias. *Revista de*

- Economia e Sociologia Rural (RER)*, Rio de Janeiro, vol. 45, n.01, p. 119-138, jan/mar 2007.
- COSTA, D. R. M. *Propriedade e decisões de gestão em organizações cooperativas agropecuárias brasileiras*. Tese de Doutorado. EESP – FVG, São Paulo, 2010.
- ENGELS, Friedrich. O problema camponês na França e na Alemanha. In: SILVA, José Graziano da.; STOLCKE, Verena. Org. *A questão agrária*. São Paulo: Brasiliense, 1981.
- FAO/INCRA. *Diretrizes de política agrária e desenvolvimento sustentável para a pequena produção familiar*. Brasília, 1994.
- GUANZIROLI, Carlos E. et al. *Agricultura familiar e reforma agrária no século XXI*. Rio de Janeiro: . Garamond, 2001.
- FUKUYAMA, F. Capital Social. In: HUNTINGTON, S. P.; LAWRENCE, H.( org.) *Cultura importa: Os valores que definem o progresso humano*. Rio de Janeiro: Record, 2002.
- GAZZOLA, M.; SHCNEIDER, S. Qual “Fortalecimento” da Agricultura Familiar? Uma análise do Pronaf crédito de custeio e investimento no Rio Grande do Sul. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 51, n. 1, p. 45-68, jan/mar 2013.
- GENARI, D. *Mensuração do capital social e comprometimento nas indústrias vitivinícolas do vale dos vinhedos associadas à Aprovale à Aprobelo: uma abordagem organizacional*. Dissertação de mestrado. Universidade de Caxias do Sul, Caxias do Sul-RS, 2010.
- GROOTAERT, C.; NARAYAN, D.; JONES, V. N.; WOOLCOCK, M. *Integrated Questionnaire for the Measurement of Social Capital (SC-IQ)*. Banco Mundial, Grupo Temático sobre Capital Social. Washington DC, 2003.
- ILHA, P. C. S.; FERRERA DE LIMA, J.; BIEGER, A.; TOMAZELLA, P. D.; PIACENTI, C. A. *A cooperativa como um agente de capital social: um estudo da percepção de dirigentes, cooperantes e comunidade da Cooperativa Agroindustrial Copagril de Marechal Cândido Rondon-PR*. Revista Paranaense de Desenvolvimento, Curitiba, n.115, p.101-123, jul./dez. 2008.
- MALHOTRA, Naresh. *Pesquisa em Marketing: foco na decisão*. 3. ed., São Paulo: Pearson Prentice Hall, 2011.
- OCEPAR – Organização das Cooperativas do Estado do Paraná. *Cooperativismo*. Disponível em: <<http://www.ocepar.org.br/ocepar/>>. Acesso em: 24 nov. 2011.
- PUTNAM, R. D. *Comunidade e democracia: a experiência da Itália moderna*. 3. ed. Rio de Janeiro: FGV, 2002.
- SCHALLENBERGER, E. Cooperativismo e Desenvolvimento Comunitário. *Revista Mediações*. Londrina, v.8, n.2, p.9-26, jul./dez. 2003.
- SCHNEIDER, Sérgio. *A pluriatividade na agricultura familiar*. Porto Alegre: UFRGS, 2003.
- SINGER, P. *Introdução à economia solidária*. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2002.
- VEIGA, José Eli da. *O desenvolvimento agrícola: uma visão histórica*. São Paulo: Hucitec, 1991.
- WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel. Raízes históricas do campesinato brasileiro. *XX Encontro Anual da ANPOCS*. Caxambu, Minas Gerais - Outubro, 1996.

